

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v13i1.51822>

## **Autoria, ética e inclusão na era da inteligência artificial: reflexões sobre a escrita científica**

*Authorship, ethics, and inclusion in the age of artificial intelligence:  
reflections on scientific writing*

*Autoría, ética e inclusión en la era de la inteligencia artificial:  
reflexiones sobre la escritura científica*

**Olivia Cristina Perez**

Universidade Federal do Piauí

**Resumo** Este ensaio analisa o uso da inteligência artificial na escrita científica. A metodologia é ensaística e se baseia na experiência concreta da autora no uso cotidiano dessas ferramentas na produção textual e no ensino de redação científica, tendo o ChatGPT como referência. O texto incorpora questões formuladas por quatro pareceristas, que ampliam o debate. O argumento central é que a inteligência artificial deve ser empregada apenas em tarefas passíveis de terceirização, sem substituir o caráter autoral. A autoria construída a partir da experiência de autoras e autores deve ser estimulada e preservada. Conclui-se que a IA pode apoiar a escrita quando restrita a tarefas terceirizáveis, mas reforça hierarquias quando assume funções interpretativas. O ensaio contribui ao propor critérios para uso responsável, reafirmar a centralidade da autoria e indicar caminhos institucionais para uma incorporação ética e inclusiva da inteligência artificial.

**Palavras-chave:** inteligência artificial; ChatGPT; escrita acadêmica; inclusão digital; ensino da escrita.



**Abstract** This essay examines the use of artificial intelligence in scientific writing. It adopts an essayistic methodology grounded in the author's concrete experience with the everyday use of these tools in textual production and in the teaching of scientific writing, taking ChatGPT as a reference. The text incorporates questions formulated by four peer reviewers, which broaden and deepen the debate. The central argument is that artificial intelligence should be employed only in tasks that can be outsourced, without replacing authorial responsibility. Authorship, built from the experiences of authors, should be encouraged and preserved. The essay concludes that AI can support writing when restricted to delegable tasks, but tends to reinforce hierarchies when it assumes interpretive functions. Its contribution lies in proposing criteria for responsible use, reaffirming the centrality of authorship, and indicating institutional pathways for an ethical and inclusive incorporation of artificial intelligence.

**Keywords:** artificial intelligence; ChatGPT; academic writing; digital inclusion; writing education.

**Resumen** Este ensayo analiza el uso de la inteligencia artificial en la escritura científica. La metodología es ensayística y se basa en la experiencia concreta de la autora en el uso cotidiano de estas herramientas en la producción textual y en la enseñanza de la redacción científica, tomando a ChatGPT como referencia. El texto incorpora preguntas formuladas por cuatro dictaminadores(as), que amplían el debate. El argumento central sostiene que la inteligencia artificial debe emplearse únicamente en tareas susceptibles de ser tercerizadas, sin sustituir el carácter autorial. Se debe estimular y preservar la autoría construida a partir de la experiencia de autoras y autores. Se concluye que la IA puede apoyar la escritura cuando se limita a tareas tercerizables, pero refuerza jerarquías cuando asume funciones interpretativas. El ensayo contribuye al proponer criterios para un uso responsable, reafirmar la centralidad de la autoría e indicar caminos institucionales para una incorporación ética e inclusiva de la inteligencia artificial.

**Palabras clave:** inteligencia artificial; ChatGPT; escritura académica; inclusión digital; enseñanza de la escritura.

*Recebido em 11-07-2025*

*Modificado em 30-10-2025*

*Aceito para publicação em 03-02-2026*

## Introdução

A emergência das ferramentas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, está alterando de maneira profunda a forma como produzimos, revisamos e ensinamos a escrita científica. Esses recursos já fazem parte da rotina de pesquisadores, professores, orientadores, estudantes e editoras acadêmicas, ainda que muitas vezes operem de forma clandestina. Há uma lacuna significativa nas diretrizes educacionais em relação a essas tecnologias. Algumas escolas e universidades proíbem o uso da IA, enquanto outras a ignoram, e algumas poucas que começam a ensiná-la. Esse cenário híbrido e desigual aponta para um desafio urgente: é preciso discutir, com responsabilidade, o lugar da inteligência artificial na escrita científica.

Essa não é uma tarefa fácil. Escrever sobre o uso da inteligência artificial na escrita é debruçar-se sobre um terreno instável, repleto de incertezas e disputas. Trata-se de um tema novo, que desafia marcos normativos consolidados, levanta dúvidas legítimas e exige formulações que ainda estão em processo de elaboração coletiva. É com esse espírito que este texto se constrói: não para encerrar uma discussão, mas para abri-la.

Parto do pressuposto de que a inteligência artificial não deve ser vista nem como salvação técnica da escrita acadêmica nem como ameaça moral ao pensamento humano. Ela é uma ferramenta e por isso carrega potencialidades e riscos. Ao longo do texto, argumento que a IA pode ser uma aliada importante na produção científica, desde que seu papel seja claramente delimitado como ferramenta auxiliar e jamais como substituta da autoria intelectual. A escrita acadêmica exige explicação, interpretação e posicionamento – tarefas que permanecem intransferíveis à máquina. A defesa apresentada aqui é da centralidade do caráter autoral do texto, que não deve nem pode ser transferido à inteligência artificial.

Reafirmo: este é um ensaio sobre um tempo em transição. Seu objetivo não é oferecer regras fixas, mas compartilhar argumentos, provocar reflexões e contribuir para uma construção coletiva sobre o que significa escrever – e ensinar a escrever – em tempos de inteligência artificial. O futuro da escrita científica está sendo definido agora e é preciso disputá-lo.

Pretendemos oferecer contribuições acadêmicas e sociais significativas ao propor uma reflexão sobre o uso da inteligência artificial na escrita científica. No plano acadêmico, este trabalho destaca-se por sistematizar alguns critérios para o uso responsável da IA. No plano social, o ensaio ressalta os riscos de aprofundamento das desigualdades educacionais caso o acesso e a formação sobre IA não sejam democratizados.

O texto está organizado em sete seções. A primeira seção introduz o tema do uso da inteligência artificial na escrita científica e contextualiza o debate no cenário recente de transformações nas práticas acadêmicas. A segunda seção, de metodologia, explicita o formato ensaístico e fundamenta a reflexão na experiência da autora com o uso do ChatGPT na escrita e no ensino. Explicamos, na metodologia, como o texto incorpora de forma inédita questões formuladas por pareceristas, respondidas ao longo do texto pela própria autora. A terceira seção examina, de modo sintético, como a inteligência artificial tem modificado práticas de escrita científica, destacando mudanças no processo de produção textual e tendências identificadas na literatura recente. A quarta seção defende a compreensão da inteligência artificial como ferramenta auxiliar, delimitando tarefas delegáveis e reafirmando a centralidade da interpretação autoral. A quinta seção discute a relação entre inteligência artificial, ensino e desigualdades, apontando o risco de aprofundamento de assimetrias quando não há formação adequada. A sexta aborda aspectos éticos do uso da inteligência artificial na escrita científica, com foco na transparência e nos limites da delegação. A sétima seção reúne as perguntas dos(as) pareceristas e as respostas da autora, utilizando esse diálogo para aprofundar pontos centrais do argumento. Por fim as considerações finais que reafirmam que a inteligência artificial já integra a escrita científica, mas deve ser utilizada como apoio técnico, sem substituição da autoria humana.

## Metodologia

Este artigo adota uma abordagem metodológica de natureza ensaística e tem como objetivo contribuir para um debate ainda em construção sobre os usos da inteligência artificial na escrita científica. A reflexão é ancorada na experiência concreta da autora com o uso cotidiano dessas ferramentas, com foco específico no ChatGPT enquanto auxiliar da escrita acadêmica. O ChatGPT é um sistema de inteligência artificial baseado em modelos de linguagem, lançado em 2022 e rapidamente popularizado em ambientes acadêmicos e educacionais, cuja função consiste em gerar textos a partir de comandos humanos, por meio do reconhecimento de padrões linguísticos.

A reflexão apresentada também se apoia na experiência empírica da autora no uso dessas ferramentas tanto na produção textual quanto nas atividades de ensino em cursos específicos de escrita acadêmica e em disciplinas regulares em sala de aula. O texto dialoga ainda com trabalhos anteriores da própria autora e com pesquisas recentes que discutem inteligência artificial, educação, autoria e desigualdades no campo científico.

Como parte do percurso metodológico, a revista solicitou aos(as) pareceristas a formulação de questões voltadas ao aprofundamento da discussão proposta – independentemente do resultado dos pareceres. Ao todo, quatro pareceristas participaram do processo, sendo que cada um apresentou três questões para fomentar o debate. Essas questões introduzem temas não abordados no texto original ou aprofundam aspectos tratados de forma limitada, além de incorporarem inquietações que se aproximam das perguntas formuladas por leitoras e leitores sobre o tema. As perguntas tratam dos limites da autoria, dos efeitos da inteligência artificial na formação acadêmica e das implicações éticas do uso dessas ferramentas.

As questões formuladas pelos(as) pareceristas foram incorporadas ao texto como redigidas, com poucas alterações. Essa opção metodológica busca preservar a autoria das perguntas e reconhecer o papel analítico dos(as) pareceristas na construção do debate apresentado no artigo. Muitas dessas questões não haviam sido objeto de reflexão prévia da autora. Por essa razão, as respostas dialogam diretamente com os comentários apresentados nos pareceres e incorporam esses apontamentos no desenvolvimento do argumento.

Cabe declarar que este texto foi escrito com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, utilizadas para sugerir reformulações linguísticas, ajustes de coesão e alternativas de organização textual. No entanto, todas as sugestões foram cuidadosamente avaliadas, e apenas aquelas consideradas pertinentes foram incorporadas. O controle autoral foi mantido em todas as etapas do processo, e os argumentos são integralmente da autora. A IA atuou exclusivamente como apoio técnico, e não como instância criadora ou coautora. Essa transparência é fundamental para reafirmar que, mesmo em tempos de transformações tecnológicas intensas, a autoria reflexiva continua sendo o pilar da escrita científica.

## **Como a inteligência artificial está transformando a escrita científica**

Vivemos uma transformação silenciosa, mas profunda, no modo como produzimos conhecimento. A inteligência artificial generativa está reformulando práticas antigas, redefinindo papéis e provocando reações múltiplas no campo da escrita científica. Mesmo que muitas dessas mudanças ainda não estejam plenamente compreendidas ou institucionalizadas, é inegável que a escrita já não é a mesma – e que não voltará a ser como antes.

A primeira mudança perceptível é de ordem técnica. Ferramentas, como o ChatGPT, oferecem sugestões imediatas de reformulação, revisão gramatical, reorganização estrutural e clareza textual. Isso tem contribuído, pelo menos para mim, para a melhoria formal de textos acadêmicos. Editores, pareceristas e

orientadores já notam esse impacto: artigos, projetos, relatórios e resenhas chegam com menos erros.

Mas essa transformação não se restringe à forma. A IA também tem impactado o processo subjetivo da escrita. Estudantes que antes travavam diante da folha em branco relatam que agora encontram um ponto de partida nas interações com a IA. Dizem testar hipóteses, rascunhar parágrafos iniciais, pedir sugestões para melhorar a coesão argumentativa.

No entanto, é necessário cuidado com as ilusões que a IA pode gerar. Melhorar formalmente um texto não significa garantir sua densidade analítica. A IA pode tornar a escrita mais elegante, mas não necessariamente mais original. O risco é que textos, formalmente impecáveis, escondam uma ausência de reflexão. Isso já tem acontecido em diversos espaços: produções que se apresentam como científicas, mas que repetem padrões genéricos, esvaziadas de argumentos próprios.

Há, portanto, um paradoxo em curso: ao mesmo tempo em que a IA pode ajudar a democratizar o acesso à escrita e estimular a produção, ela também pode padronizar os discursos, homogeneizar estilos e diluir a singularidade dos textos. Isso exige vigilância e formação crítica. Precisamos formar estudantes que saibam identificar o que há de valioso na ferramenta, mas também o que ela tende a suprimir – como o estilo pessoal e a ousadia conceitual.

O tema da inteligência artificial já vem sendo explorado em artigos científicos. Em pesquisa realizada para este texto, buscou-se na plataforma ConnectPapers (também uma IA), a expressão “inteligência artificial” no título dos artigos, resultando em um total de 52 trabalhos publicados entre 2012 e 2025. Foram considerados somente artigos científicos com acesso aos metadados básicos (título, autores, periódico, resumo). O objetivo foi identificar tendências e recortes temáticos contemporâneos sobre o uso da inteligência artificial (IA) em diferentes áreas do conhecimento.

Os artigos localizados abrangem uma ampla variedade de temas e campos disciplinares. A área da saúde e da biomedicina concentrou o maior número de trabalhos (12 artigos), incluindo análises das aplicações da IA em diagnósticos médicos, oncologia, cardiologia e radiologia odontológica. Em seguida, destacam-se os campos da educação (8 artigos), direito e justiça (7), agricultura e meio ambiente (5), tecnologia e engenharia (4), esporte (1), comunicação (2) e filosofia/ética da tecnologia (3). Algumas publicações dialogam com mais de uma área, como no caso da aplicação da IA à educação jurídica ou à proteção ambiental via decisões judiciais automatizadas.

A análise dos resumos permite identificar algumas tendências comuns. Em primeiro lugar, a inteligência artificial aparece majoritariamente como ferramenta para aumento de eficiência, precisão diagnóstica, personalização de processos e automação de tarefas repetitivas. Além disso, muitos artigos apontam preocupações

éticas, sobretudo em áreas sensíveis como direito, imigração e saúde, chamando atenção para riscos de vieses algorítmicos e demandas por regulação. A presença da IA também tem sido vista como elemento transformador na educação, promovendo inovações pedagógicas e reconfigurando as relações entre docentes e discentes. Por fim, há crescente interesse sobre o impacto sociopolítico da IA, especialmente nas relações de trabalho, na governança pública e na produção acadêmica, refletindo um debate interdisciplinar em ascensão. Esses trabalhos evidenciam a importância de discutir, debater e, em muitos casos, apoiar o uso da inteligência artificial de forma crítica e ética.

## **A inteligência artificial como ferramenta auxiliar e não como autora**

Defendo que a inteligência artificial deve ser compreendida, no campo da escrita científica, como uma ferramenta auxiliar – e não como autora. Essa distinção não é apenas técnica: a IA não é capaz de pensar, criar ou interpretar o mundo. Ela opera com base em padrões de linguagem e dados pré-existentes. Não possui subjetividade, nem é capaz de gerar explicações originais, assim como aquelas geradas a partir da experiência de autores.

A geração de conteúdo por sistemas de inteligência artificial ocorre a partir do reconhecimento de padrões linguísticos aprendidos durante o treinamento com grandes conjuntos de textos. Com base nesses padrões, o sistema estima quais palavras e estruturas têm maior probabilidade de aparecer em sequência diante de uma solicitação específica. O processo não envolve compreensão ou posicionamento próprio de um pesquisador, mas a produção automatizada de enunciados coerentes com o contexto apresentado.

Essa constatação aparece em outros trabalhos, a exemplo de Guzmán Tello (2024). A autora propõe uma reflexão sobre os limites éticos e legais do uso da inteligência artificial na escrita acadêmica, destacando a necessidade de preservar a autoria humana, mesmo diante das facilidades oferecidas por ferramentas como o ChatGPT. O texto ressalta que o uso consciente da IA pode ser útil no processo formativo, desde que não substitua a responsabilidade crítica, analítica e criativa do(a) estudante (Guzmán Tello, 2024). A autora propõe a regra dos três passos para o uso de conteúdos gerados com apoio de IA: (1) não afetar a exploração normal da obra original; (2) não prejudicar de forma injusta os interesses do autor humano; e (3) atender a um propósito legítimo, como pesquisa ou ensino (Guzmán Tello, 2024).

O artigo sugere que docentes e instituições precisam estabelecer regras explícitas sobre como a IA pode ser utilizada em atividades acadêmicas, sempre com ênfase na formação ética e autoral dos estudantes. O ChatGPT, quando bem orientado, na visão da autora, pode ampliar o repertório e estimular a escrita, mas não

deve ser tratado como substituto da reflexão crítica ou da produção intelectual do aluno (Guzmán Tello, 2024).

Eu adiciono a essas reflexões que o uso da IA deve estar restrito a tarefas de natureza mecânica ou instrumental – aquelas que poderiam, sem prejuízo ético ou intelectual, ser terceirizadas. É o caso da correção ortográfica, da formatação de referências bibliográficas conforme normas, como ABNT ou APA, da reorganização de trechos com problemas de fluidez, da transcrição de textos digitalizados e da sugestão de melhorias em aspectos formais do texto. Todas essas ações são técnicas e podem ser delegadas, inclusive a uma IA.

É exatamente por isso que, em minhas aulas, proponho uma pergunta-guia para delimitar os limites do uso da IA: essa tarefa, eu pagaria ou pediria para outra pessoa fazer? Se a resposta for afirmativa, trata-se de uma atividade que a IA pode executar. Se, por outro lado, a tarefa exige análise crítica, interpretação de dados, construção de explicações ou formulação de argumentos, então ela pertence ao domínio da autoria humana.

Confundir essa linha divisória pode resultar em um esvaziamento perigoso da autoria científica. A escrita acadêmica exige mais do que estrutura ou correção formal – ela exige posicionamento. Exige que o pesquisador ou pesquisadora mobilize seus repertórios para interpretar dados, relacionar teorias e construir explicações próprias sobre os fenômenos investigados. A IA não é capaz de realizar essa operação intelectual com base na visão do pesquisador, sua função é técnica, e sua atuação deve ser compreendida e controlada dentro desses parâmetros.

O uso acrítico da IA, na produção de textos, pode comprometer a qualidade da reflexão, uma vez que essas ferramentas, ao operarem por estatística, tendem a reproduzir estruturas genéricas e previsíveis. Há um risco real de diluição da densidade analítica quando se delega à IA tarefas que envolvem julgamento, criatividade ou formulação teórica.

Por isso, reitero: a IA deve ser usada como um assistente técnico especializado, nunca como autora de um texto. Ela pode auxiliar no processo de produção textual, mas jamais deve ocupar o lugar do pensamento. A criatividade, a análise e a explicação são competências humanas, nascidas da experiência, da leitura crítica, do contato com as artes e das reflexões pessoais. Esses elementos são intransferíveis. Usar a IA como ferramenta é ético. Usá-la como substituta do autor é um erro epistemológico e político.

É preciso ressaltar que a escrita científica de qualidade não se define apenas por sua estrutura formal ou pela organização lógica de informações. Ela é, antes de tudo, a materialização de uma interpretação singular do mundo, fundada na experiência, na sensibilidade, na formação intelectual e nas escolhas ético-políticas de quem escreve. Um texto acadêmico carrega em si marcas de uma trajetória: o olhar de quem escreve e seus compromissos. Por isso, a produção de conhecimento exige autoria no sentido

mais profundo do termo: alguém que pensa, argumenta e assume a responsabilidade pelo que escreve.

As explicações originais que tornam um texto científico relevante emergem da criatividade humana, e essa criatividade não é um dom natural nem uma característica isolada de indivíduos excepcionais. Ela é cultivada na leitura crítica, no diálogo com outras pessoas, na observação atenta da realidade, no contato com as artes, na escuta das experiências alheias e no enfrentamento das próprias dificuldades. É fruto de formação, mas também de contexto. Por isso, não pode ser automatizada.

A IA pode organizar frases, sugerir sinônimos, ampliar ou reduzir trechos, mas não consegue elaborar uma explicação nova a partir de dados empíricos interpretados à luz da subjetividade dos autores(as).

Mais do que uma limitação técnica, essa incapacidade da IA revela a natureza insubstituível da autoria humana. E é justamente por isso que a delegação da tarefa interpretativa a uma ferramenta automatizada esvazia o sentido mais nobre da atividade científica. Quando um pesquisador ou pesquisadora desiste de formular suas próprias explicações, abdica também da possibilidade de contribuir com algo novo para o debate coletivo. A ciência não avança pela repetição, mas pela invenção de problemas, pela reformulação de conceitos, pela coragem de propor interpretações que desafiam o senso comum ou as hegemonias teóricas.

Acredito que a criatividade, portanto, deve ser preservada como núcleo da produção acadêmica. E a defesa da autoria humana é, também, uma defesa da possibilidade de dizer algo novo. Não apenas para cumprir metas institucionais, mas para intervir no mundo. Em minha prática, por exemplo, não faz sentido escrever um artigo que apenas repita o que já foi dito. Meus textos precisam carregar minha marca autoral, que está profundamente vinculada ao compromisso com a luta contra as desigualdades sociais.

Já explorei anteriormente a relevância do caráter autoral na escrita acadêmica no texto *Elementos que levam à aprovação de um artigo científico* (Perez, Brito & Souza, 2024). No artigo, sistematizamos os principais critérios que favorecem a aprovação de artigos científicos com base em larga revisão bibliográfica sobre o tema. Apontamos sete elementos importantes: originalidade, problematização clara, relevância teórica e empírica, coerência argumentativa, adequação metodológica, presença de voz autoral e qualidade da escrita.

Logo, a originalidade é um dos critérios centrais na avaliação de artigos científicos (Perez, Brito & Souza, 2024). A originalidade não diz respeito ao ineditismo absoluto, mas à capacidade de apresentar uma contribuição própria ao debate acadêmico. Isso pode ocorrer por meio da formulação de uma nova pergunta, do uso inovador de conceitos, da análise de um objeto pouco explorado ou da articulação criativa entre teoria e dados empíricos. A contribuição original é aquela que se insere em um campo já consolidado, porém amplia ou desloca interpretações

existentes. Conforme discutimos no artigo, pareceristas tendem a valorizar textos que demonstram domínio da literatura e capacidade de propor um ponto de vista próprio, ainda que a partir de temas já conhecidos.

A originalidade não pode ser reduzida ao uso da inteligência artificial. Ferramentas de IA operam com base em padrões existentes e reorganizam informações previamente disponíveis, mas não produzem explicações novas. Esses elementos, que definem a contribuição de um texto, são resultado da capacidade analítica e interpretativa do(a) pesquisador(a). Portanto, o uso da IA na escrita não elimina o papel da autoria. Ao contrário, torna ainda mais evidente a importância do posicionamento do(a) autor(a).

## **Inclusão digital e o risco da reprodução de desigualdades**

Diante das transformações profundas que a inteligência artificial tem promovido na escrita, na educação e na produção de conhecimento, torna-se urgente reconhecer que o ensino do uso ético e crítico dessas ferramentas não é apenas uma escolha pedagógica – é uma exigência política. Mais do que discutir se a IA deve ou não ser usada, a questão central é como ela deve ser ensinada. Recusar-se a formar estudantes para lidar com essa realidade é ignorar a dinâmica tecnológica que já redefine o mundo acadêmico e profissional. Ensinar a usar IA, portanto, é preparar nossos alunos e alunas para atuarem com autonomia e responsabilidade num cenário em constante transformação.

Em muitas instituições educacionais, contudo, predominam três posturas frente à IA: a proibição categórica, a indiferença negligente e o ensino crítico. Faço parte desse terceiro grupo. Considero que, diante da presença irreversível dessas ferramentas no cotidiano das pessoas, negar sua existência ou proibir seu uso não resolve os dilemas éticos que elas impõem – apenas os empurra para a informalidade. Ao contrário do que alguns imaginam, a proibição não protege a autoria nem garante a qualidade dos textos.

Falo a partir da minha experiência concreta. Ao incorporar a IA em minha prática de escrita e de ensino, percebi o quanto o desconhecimento ou o medo em relação a essas ferramentas têm provocado reações que, embora compreensíveis, acabam por acentuar desigualdades. Quando não ensinamos os estudantes a usarem a IA de forma crítica e responsável, deixamos o campo livre para que apenas os mais privilegiados – aqueles com acesso a bons cursos, redes de apoio e recursos tecnológicos – aprendam a explorá-la com segurança. Os demais, por falta de orientação, acabam excluídos ou submetidos a usos superficiais.

Tenho visto, na prática, que o uso orientado da IA pode, inclusive, fortalecer a autoria. Alunos que antes paralisavam diante da página em branco agora conseguem iniciar seus textos com base em esboços estruturais, perguntas iniciais ou sugestões estilísticas. Cabe à orientação humana, nesse novo cenário, aprofundar o debate conceitual, guiar leituras, fomentar posicionamentos, indicar caminhos teóricos.

Outro ponto fundamental é enfrentar o preconceito – ainda presente – de que estudantes, sobretudo os mais jovens, não são capazes de produzir interpretações originais. Essa visão ultrapassada reduz os sujeitos a seres incompletos, sempre em déficit, sempre à espera de maturidade. Quando permitimos que estudantes experimentem as ferramentas digitais como aliadas do pensamento, estamos, na verdade, afirmando sua competência intelectual. Nesse sentido, a IA não diminui o pensamento autoral: ao contrário, pode funcionar como catalisadora da criatividade, desde que os estudantes se sintam autorizados a decidir com base em seus próprios critérios.

O desafio não é pequeno, envolve formação docente, mudança institucional, revisão de práticas avaliativas e abertura para novos modos de ensinar e aprender. Todavia, é também uma oportunidade pedagógica. Para isso, é preciso garantir que todos saibam usar, tenham os meios para usar e se sintam legitimados a usar.

Ensinar o uso crítico da inteligência artificial é, portanto, uma tarefa de formação intelectual profunda. Não se trata de ensinar comandos ou técnicas operacionais, mas de formar sujeitos que saibam pensar com as ferramentas, e não apenas por elas. Sujeitos que assumam a autoria como uma prática política, reflexiva e criativa – e não como um processo inacessível.

Por tudo isso, defendo com convicção que ensinar o uso da IA é um compromisso com o futuro da escrita científica, não como uma concessão à tecnologia, mas como um ato de responsabilidade ética com as novas gerações.

No texto, Perez, Bussinguer e Lobo (2024) discute como a falta de acesso às tecnologias da informação e comunicação podem aprofundar as desigualdades sociais. Argumentamos que a exclusão digital reflete e aprofunda as desigualdades estruturais já existentes, como aquelas relacionadas à classe, raça, gênero e território. A partir de uma abordagem interseccional, o texto mostra como determinados grupos – sobretudo mulheres negras, moradores de áreas rurais e pessoas de baixa renda – enfrentam obstáculos múltiplos no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A análise demonstra que o fosso digital compromete não apenas o acesso a oportunidades de mobilidade social, mas também a própria cidadania. Sem acesso pleno à internet, grande parte da população é excluída de atividades econômicas digitais, serviços públicos digitais e espaços de participação política (Perez, Bussinguer & Lobo, 2024). A desigualdade digital reforça, assim, as dificuldades de

grupos já vulnerabilizados, aprofundando barreiras que limitam a inserção social, o trabalho qualificado e o engajamento público.

Como resposta, o artigo propõe uma série de políticas públicas orientadas por uma perspectiva interseccional. Entre as recomendações estão: expansão da infraestrutura em regiões periféricas, subsídios para aquisição de equipamentos, capacitação digital com foco em populações específicas, ampliação de espaços públicos com acesso gratuito à internet, incentivo à empregabilidade digital e monitoramento contínuo das desigualdades. As autoras concluem que a inclusão digital deve ser tratada como um direito básico e condição para a efetivação da igualdade social no contexto contemporâneo (Perez, Bussinguer & Lobo, 2024).

Defendo a mesma perspectiva para o caso do uso da inteligência artificial. Assim como o acesso às tecnologias digitais básicas, a não apropriação da IA pode se tornar uma nova barreira para a conquista plena de direitos, aprofundando o fosso das desigualdades sociais. Grupos com dificuldade de acesso a direitos correm o risco de serem excluídos dos benefícios que essas ferramentas podem oferecer no campo do trabalho, da educação, da ciência e da participação política. Para enfrentar esse cenário, são necessárias normatizações, incentivos e políticas públicas que promovam o uso produtivo e ético da inteligência artificial, garantindo formação qualificada, acesso a recursos e inclusão ativa de diferentes segmentos sociais na transformação tecnológica em curso.

Não ensinar a usar a IA é, hoje, equivalente a não ter ensinado o uso do computador nos anos 1990 ou da internet nos anos 2000. E eu falo com propriedade sobre isso: entrei na universidade quando a escrita à mão ainda era vista como mais séria. Como estudante vinda da escola pública e sem acesso à informática, cheguei e saí da faculdade sem saber fazer uso do computador. Aprendi muito depois sozinha, clicando botão por botão, testando e errando. Esse atraso me deixou para trás na escrita científica em ao menos uma década.

Vejo, hoje, o mesmo processo se repetir com as IAs generativas. A ausência de formação sobre o tema está fazendo com que professores desincentivem o uso dessas ferramentas, ao mesmo tempo em que estudantes com mais recursos avançam em sua apropriação. O resultado é a naturalização de um modelo educacional que continua a excluir – agora por não integrar criticamente as tecnologias ao processo formativo.

Por exemplo, de modo positivo, estudos como os de Guimarães, Santos e Fernandes (2022) mostram o papel crescente da inteligência artificial (IA) no processo educacional, destacando como essa tecnologia pode transformar metodologias de ensino e aprendizagem. Os autores argumentam que a IA oferece possibilidades significativas para personalizar o ensino, ampliar o acesso ao conhecimento e dinamizar o processo formativo, sobretudo por meio de plataformas interativas e algoritmos capazes de adaptar conteúdos ao ritmo e ao perfil de cada estudante.

A resistência à IA, quando travestida de purismo ou conservadorismo pedagógico, tende a manter o *status quo*. Ao invés de protegermos a escrita da suposta ameaça da IA, precisamos proteger os estudantes da exclusão que decorre da falta de acesso à sua utilização qualificada. É por isso que defender o uso da IA na educação é, ao mesmo tempo, defender o direito ao acesso, à formação, à autoria. E essa não é uma tarefa simples. Ela exige investimento em infraestrutura, formação docente, desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital e normatizações com caráter pedagógico e não punitivista. É preciso romper com a lógica do medo e da punição, e construir uma pedagogia da confiança, do acompanhamento crítico e da valorização da criatividade.

### **Ética, transparência e limites do uso da inteligência artificial na escrita científica**

A introdução da inteligência artificial na produção textual acadêmica impõe um novo conjunto de exigências éticas. É fundamental reafirmar que a IA atua como apoio técnico. O protagonismo continua sendo do pesquisador ou pesquisadora. Cabe a ele ou ela tomar as decisões centrais sobre o texto, avaliando cuidadosamente cada sugestão automatizada, aceitando o que faz sentido e rejeitando o que não condiz com o estilo, os objetivos e os compromissos éticos da pesquisa. A IA não é coautora, não pensa, não decide, não interpreta. Ela apenas sugere com base em padrões linguísticos. O controle do texto, em todas as suas dimensões – argumentativa, analítica e estilística –, deve permanecer com o ser humano.

Por isso, o uso ético da IA exige uma prática ativa de revisão. Não basta inserir um trecho ou capítulo inteiro na ferramenta e aceitar suas modificações sem uma análise crítica. Essa atitude, além de arriscada, do ponto de vista da coerência e da integridade do texto, compromete a originalidade e a autoria. O ideal é utilizar a IA com parcimônia: trabalhar com blocos curtos, fazer perguntas específicas, solicitar sugestões com justificativas e revisar manualmente cada mudança. Essa prática mantém o domínio autoral do texto e evita que a argumentação se torne genérica, ou incoerente com a proposta de pesquisa.

Outro princípio central dessa discussão é a transparência. Caso a IA tenha sido utilizada em qualquer etapa do processo de escrita – seja para organizar ideias, revisar a gramática, reestruturar trechos ou sugerir melhorias –, é recomendável que isso seja declarado. Muitas revistas científicas nacionais e internacionais já passaram a exigir que os autores informem, no momento da submissão, se ferramentas de IA foram empregadas e em que medida. Essa exigência não tem como objetivo punir ou desvalorizar o uso da tecnologia, mas garantir a honestidade acadêmica e preservar a confiança na relação entre autores, editores, pareceristas e leitores. O que está em jogo é a integridade do processo de produção do conhecimento.

Além disso, é necessária atenção redobrada ao que se convencionou chamar de plágio indireto. Embora a IA, em geral, não copie trechos literais de outros textos, ela funciona com base em grandes volumes de dados pré-existentes, re combinando padrões de linguagem, estruturas argumentativas e ideias já publicadas. O resultado, muitas vezes, é um texto aparentemente novo, mas construído sobre modelos previamente consolidados. Isso significa que a originalidade formal pode ocultar uma falta de originalidade substantiva.

A integridade ética na escrita científica exige também a coragem de dizer não. A IA pode sugerir termos, estruturas, parágrafos inteiros que não dialogam com a proposta do trabalho, com seu campo teórico, com a linguagem desejada ou com o público-alvo do texto. Nem toda sugestão precisa – ou deve – ser aceita. É preciso ter consciência de que a IA foi treinada com conteúdos hegemônicos, muitas vezes marcados por preconceitos, visões de mundo dominantes, estigmas e generalizações. Por isso, revisar criticamente cada proposta feita pela ferramenta é, também, um ato de resistência intelectual e política.

Um dos aspectos mais importantes a ser compreendido no uso da inteligência artificial na escrita científica é que essas ferramentas não devem ser utilizadas como grandes buscadores de informações confiáveis. Diferentemente de mecanismos, como o *Google*, que direcionam o usuário a *sites*, bancos de dados e documentos reais disponíveis na internet, a IA generativa opera de modo distinto: ela não acessa diretamente fontes verificáveis, mas produz respostas com base em padrões linguísticos aprendidos durante seu treinamento. Isso significa que, em vez de consultar referências reais, ela simula coerência textual a partir de grandes volumes de dados pré-existentes. É justamente nesse processo que ocorre o fenômeno conhecido como “alucinação”, termo técnico utilizado para descrever quando a IA inventa ou distorce informações, criando dados, nomes, títulos e referências que não existem. Por essa razão, nenhuma etapa de coleta de dados ou pesquisa bibliográfica deve ser delegada à inteligência artificial. Quando se trata de buscar dados, referências bibliográficas, estatísticas ou informações empíricas, é imprescindível utilizar fontes verificáveis, como plataformas científicas, portais governamentais, bases de dados indexadas, sites institucionais e revistas acadêmicas reconhecidas. Confiar na IA para essa tarefa compromete a integridade do texto e pode levar à propagação de erros graves.

Declarar o uso da IA, revisar criticamente cada passo, preservar a autoria e evitar a delegação são pilares de uma prática acadêmica que se atualiza sem renunciar a seus fundamentos. Ética, nesse contexto, é reconhecer os limites da ferramenta e reafirmar os princípios que orientam a produção de conhecimento: responsabilidade, originalidade, honestidade e compromisso com o rigor intelectual.

Complementando em relação à ética no uso da inteligência artificial, Guimarães, Santos e Fernandes (2022) enfatizam que sua incorporação no processo educacional deve ser guiada por princípios que garantam justiça, equidade e respeito à diversidade dos sujeitos envolvidos. Os autores alertam que, embora a IA tenha potencial para transformar positivamente o ensino, seu uso indiscriminado ou sem critérios pode reproduzir desigualdades e gerar riscos, como a vigilância excessiva, a perda de autonomia docente e o tratamento padronizado de estudantes. A utilização ética da IA requer transparência nos algoritmos, respeito à privacidade dos dados e compromisso com finalidades pedagógicas claras, evitando que a tecnologia se sobreponha aos objetivos educacionais. Assim, é necessário que as instituições de ensino adotem diretrizes que orientem o uso responsável dessas ferramentas, como defendem Guimarães, Santos e Fernandes (2022).

Por isso, é fundamental afirmar que o uso da inteligência artificial deve ser visto, antes de tudo, como uma questão de justiça educacional. Mais do que permitir, é preciso ensinar o uso da IA de forma crítica. Isso significa reconhecer seus limites, discutir suas implicações éticas, entender seus riscos – mas também explorar suas potências.

Para além de estabelecer princípios gerais – como transparência, responsabilidade autoral e limites do uso da IA –, o debate se torna mais preciso quando confrontado com questões concretas formuladas a partir da avaliação por pares. Foi nesse espírito que a *Simbiótica* solicitou aos(as) quatro pareceristas a elaboração de perguntas voltadas a tensionar e aprofundar os argumentos centrais do ensaio. A seção seguinte reproduz essas questões (com pequenas adaptações redacionais) e apresenta respostas que ampliam a discussão, incorporando dimensões normativas, tecnopolíticas, pedagógicas, epistêmicas e ambientais do uso da inteligência artificial na escrita científica.

## **Interloquções críticas e aprofundamento do debate**

Nesta seção, registro um diálogo que nasceu no próprio processo de avaliação. Reúno as perguntas enviadas pelos(as) quatro pareceristas e apresento respostas que buscam dar continuidade à conversa proposta. Algumas questões pedem esclarecimentos, outras tensionam pressupostos e outras ampliam o horizonte do problema, trazendo dimensões que eu não havia desenvolvido diretamente no texto – este é um limite inerente à proposta. Ao responder, procuro tornar mais explícito o argumento do ensaio e, ao mesmo tempo, reconhecer que o debate sobre inteligência artificial na escrita científica ainda está em construção, exigindo reflexão cuidadosa e escolhas responsáveis.

*Parecerista 1: Como a autora enxerga a emergência de uma normatividade para o uso da IA no campo científico? Essa normatividade reforça ou desafia desigualdades já existentes?*

Entendo que há a emergência de uma normatividade fragmentada em torno do uso da inteligência artificial no campo científico, na qual coexistem pressões contraditórias. Em alguns grupos acadêmicos há estímulo ao uso dessas ferramentas, associado à produtividade e à atualização tecnológica. Há inclusive uma diretriz evidente do Governo Federal, expressa no Plano Brasileiro de inteligência artificial, (2024-2028) que incentiva o desenvolvimento e o uso da IA para qualificar serviços públicos, ampliar a formação e fomentar experiências educacionais. Ao mesmo tempo, persiste resistência entre educadores, agravada pela ausência de orientações institucionais. Considero que a ausência desse respaldo e orientação institucional produzem insegurança no ensino e no aprendizado e favorece usos que substituem o trabalho autoral.

Essa normatividade contraditória tende a reforçar desigualdades sociais já existentes. O acesso às tecnologias de informação e comunicação é desigual, favorecendo instituições com mais recursos, treinamento e equipamentos, enquanto parte expressiva dos estudantes não dispõe de computadores adequados.

Diante disso, penso que é necessário ampliar o debate e construir soluções institucionais voltadas à inclusão digital e ao treinamento para o uso adequado dessas ferramentas, de modo a evitar a ampliação das desigualdades.

*Parecerista 1: É possível pensar a IA como ator em rede (à la Latour), disputando centralidade interpretativa com os humanos?*

É possível, sim, compreender a inteligência artificial como um ator em rede que já interfere nas relações, nas interpretações e nos processos de produção do conhecimento científico, ainda que essa interferência não seja recente. Muito antes da popularização do ChatGPT, sistemas de busca, algoritmos de recomendação e plataformas de indexação já influenciavam o modo como pesquisadoras e pesquisadores acessam referências, formulam problemas e organizam argumentos. Esses sistemas participam da mediação do conhecimento ao hierarquizar informações, sugerir caminhos interpretativos e estabelecer visibilidades desiguais entre autores e temas.

No texto, não foi discutido de forma direta como a inteligência artificial interfere nas relações, mas este espaço permite explicitar como ela atua na produção do conhecimento. A IA opera a partir de bases de dados já existentes e amplamente disponíveis na *web*, o que significa que seus resultados são construídos a partir de saberes previamente hierarquizados, de autores mais citados e de textos mais

acessíveis digitalmente. Esse processo tende a privilegiar determinados grupos ao mesmo tempo em que silencia produções com menor circulação digital.

Nesse sentido, a inteligência artificial não apenas organiza informações, mas reproduz hierarquias epistêmicas consolidadas, reforçando assimetrias no acesso ao reconhecimento científico. Ao selecionar o que aparece como resposta, como aparece e com que grau de autoridade, a IA contribui para a manutenção de um conhecimento já filtrado por critérios de visibilidade e poder. Por isso, o texto defende o caráter autoral como elemento central da escrita científica, entendendo a inteligência artificial como ferramenta auxiliar e não como instância produtora autônoma de conhecimento.

*Parecerista 1: Como promover pedagogicamente um uso dialógico da IA que não apenas automatize, mas também estimule criatividade, interpretação e explicação em coautoria crítica com o humano?*

Entendo que esse é um dos temas mais promissores para pesquisas futuras, especialmente no campo da pedagogia da escrita científica. Em minha experiência em cursos de redação científica em que abordo o uso da inteligência artificial como ferramenta auxiliar, costumo fazer uma pergunta central aos estudantes: qual é seu argumento no texto e de que modo esse argumento foi construído a partir de sua experiência de vida? Quando os alunos não conseguem responder a essa questão, torna-se evidente a fragilidade do caráter autoral do texto e a dificuldade de reconhecer o lugar do sujeito na produção do conhecimento.

Ao explicitar o argumento já no resumo e ao vincular a análise às experiências situadas do autor, abre-se espaço para uma ciência que reconhece a presença do sujeito. Nesse sentido, o uso dialógico da IA depende menos da ferramenta em si e mais de uma orientação pedagógica que valorize a explicação autoral.

*Parecerista 2: De que maneira a autora enxerga a possibilidade de coexistência ética entre a escrita científica tradicional e os novos modos de produção mediados pela IA? Quais estratégias poderiam ser adotadas pelas instituições de pesquisa para garantir uma escrita científica inclusiva e ética, mesmo com o avanço das ferramentas de IA?*

Considero que a coexistência ética entre a escrita científica tradicional e os modos de produção mediados pela inteligência artificial é possível, desde que a IA seja tratada como ferramenta e não como autora. Essa convivência depende da preservação do argumento e da responsabilidade intelectual de quem escreve, evitando que a produção textual seja delegada ao uso automático dessas tecnologias.

A partir dessa perspectiva, se continuarmos adotando uma ideia de ciência neutra, a inteligência artificial tende a ser utilizada como substituição do caráter autoral, o que esvazia a posição do sujeito na produção do conhecimento. No entanto, se o campo científico caminhar em direção ao reconhecimento do sujeito como central, a IA pode auxiliar a escrita sem apagar a autoria.

*Parecerista 2: A autora poderia explorar mais profundamente o conceito de autoria na contemporaneidade, diante da escrita automatizada?*

Chamo de autoria a capacidade de formular explicações próprias, que não se limitam à reprodução de conhecimentos já existentes. Não se trata de uma ciência voltada apenas ao teste de hipóteses a partir de teorias e ideias que dominam o campo científico e reproduzem hierarquias, mas da produção de explicações inéditas sobre os fenômenos sociais. Muitas vezes, a perspectiva do pesquisador não aparece no texto em nome de uma ciência que se afirma neutra e que acaba por reiterar explicações já formuladas.

Essa concepção de autoria é defendida por mim antes da difusão das ferramentas de inteligência artificial. Ela parte do entendimento de que a experiência e a trajetória do pesquisador não devem ser apagadas no processo de produção do conhecimento, mas incorporadas como parte da explicação. Por isso, essa noção de autoria entra em tensão com a escrita automatizada, uma vez que exige que o autor formule suas próprias interpretações e assumam as escolhas analíticas que estruturam o texto científico.

*Parecerista 2: A autora poderia propor caminhos para políticas editoriais mais inclusivas frente ao uso de IA?*

A construção de políticas editoriais mais inclusivas pode ser beneficiada pela valorização do caráter autoral de um texto. Um caminho consiste em pedir que autoras e autores explicitem já no resumo qual é o argumento central do texto e indiquem de forma evidente a perspectiva a partir da qual esse argumento é construído. As orientações editoriais podem reforçar a necessidade de que o texto deixe explícitas as escolhas analíticas do autor, evitando produções que apenas reorganizam explicações já consolidadas.

Em uma perspectiva mais ampla, políticas editoriais inclusivas também passam pelo estímulo à diversidade no campo científico. A ampliação da presença de autoras e autores, pareceristas e equipes editoriais com diferentes trajetórias, considerando marcadores como raça, gênero, região e geração, contribui para a emergência de explicações antes pouco visíveis. Essa diversidade amplia o repertório interpretativo

da ciência e incentiva que mais pessoas formulem e sustentem suas próprias explicações, o que também orienta um uso mais crítico e responsável da inteligência artificial.

*Parecerista 3: Você não acha importante discutir a regularização e responsabilização das empresas de IA?*

De fato, a discussão sobre regulação e responsabilização das empresas de inteligência artificial não foi explorada no texto. Ainda assim, é importante registrar que essa dimensão é central, sobretudo porque as principais ferramentas de IA são controladas por grandes corporações que operam a partir de interesses econômicos e políticos próprios.

A ausência de regulação favorece práticas problemáticas, como a concentração do controle sobre dados, o uso de bases de dados sem consentimento ou transparência e a reprodução de vieses que reforçam hierarquias já existentes. Se deslocarmos a construção do conhecimento para sistemas controlados por empresas privadas, empobreceremos a formação científica e nos subordinaremos a lógicas externas à produção do conhecimento.

Nesse cenário, a responsabilização das empresas e a construção de marcos regulatórios nacionais tornam-se necessárias para limitar abusos, garantir direitos e impedir que a inteligência artificial seja utilizada de forma a ampliar desigualdades. Além disso, considero necessárias diretrizes institucionais para o sistema educacional, acompanhadas de programas de formação para professores, de modo que possam orientar os discentes sobre o uso correto da inteligência artificial como ferramenta auxiliar, preservando a autoria e a responsabilidade intelectual no processo de escrita científica.

*Parecerista 3: Você não acredita ser relevante trazer a discussão sobre a questão ambiental em torno da IA?*

Sim, considero a discussão ambiental relevante no debate sobre o uso da inteligência artificial. Esse ponto não foi desenvolvido no texto, mas aproveito este espaço para registrá-lo de forma explícita. A expansão da IA depende de infraestrutura intensiva, como *data centers* e sistemas de processamento contínuo, que demandam alto consumo de energia e água, inclusive para a geração de respostas simples. Esse custo material costuma permanecer invisível no debate acadêmico, o que dificulta uma avaliação mais ampla dos efeitos do uso dessas tecnologias.

Por essa razão, a reflexão sobre IA, na escrita científica, também deve incorporar essa variável, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais no acesso a recursos naturais e energéticos.

*Parecerista 3: Não seria relevante o pesquisador(a) e estudante que vai utilizar a IA entender a questão tecnopolítica em torno das IAs existentes? Não seria importante buscar soluções tecnológicas alternativas e democráticas?*

Considero fundamental que pesquisadoras, pesquisadores e estudantes compreendam essas dimensões tecnopolíticas, inclusive para tornar visível como a inteligência artificial tende a reproduzir conhecimentos já hierarquizados. Ao operar a partir de bases de dados consolidadas e de critérios definidos por grandes empresas, a IA reforça padrões dominantes de produção científica e limita a circulação de explicações que partem de outras experiências e posições no campo acadêmico.

Nesse sentido, a compreensão da dimensão tecnopolítica está diretamente ligada à defesa do caráter autoral. Ao reconhecer os limites e os vieses dessas ferramentas, torna-se possível utilizá-las de forma crítica, preservando a centralidade do sujeito na formulação de argumentos e interpretações. A defesa da autoria aparece, assim, como estratégia para tensionar a reprodução automática do conhecimento e afirmar uma produção científica baseada em escolhas analíticas e explicações próprias.

*Parecerista 4: A centralidade do problema do uso de IAs, na produção de conhecimento científico, não estaria, centralmente, ligado à necessidade do exercício da estrutura cognitiva, ou seja, da capacidade de exercitar (excitar), gerar “fricções sinápticas” para a produção, emergência de nexos, entendimento cognitivos?*

Concordo com a formulação da questão e com a preocupação apresentada. A centralidade do debate sobre o uso da inteligência artificial, na produção do conhecimento científico, está ligada ao exercício da estrutura cognitiva, entendida como a capacidade de gerar explicações próprias. Esse exercício não pode ser substituído pela automação.

Por isso, defendo que a inteligência artificial seja utilizada como ferramenta auxiliar, sobretudo para tarefas passíveis de terceirização, como correção textual. No entanto, a estrutura cognitiva ligada à formulação do argumento precisa ser estimulada, e não reduzida. Essa estimulação pode ocorrer por meio da valorização explícita do argumento autoral nos textos.

*Parecerista 4: A questão da exclusão não deveria também ser olhada apenas do ponto de vista de ter ou não acesso à tecnologia, mas também, em se tratando de que num futuro a médio prazo, para o fato de que aqueles orientandos (ou qualquer aluno) que apresentasse capacidade em lidar com o que está exposto nas questões, seriam aqueles desejados em termos de mercado de trabalho “mais elitizado” – afinal de contas as IAs, não conseguiriam criar uma obra como o roteiro do filme *Matrix* (2000) ou o roteiro da série *Outlander* (2012), ou mesmo uma Tese como a de Foucault, a “História da Loucura” ou um relatório como o de Lyotard (1979), que depois, como livro, recebeu o nome de “o Pós-moderno” e se tornou um clássico dado o acerto de suas “previsões”?*

Embora esse ponto não tenha sido explicitado no texto, considero a provocação central para defender a importância da explicação autoral. Concordo que há uma tendência de valorização daqueles que conseguem criar e propor explicações próprias, em contraste com a reprodução do que já existe. Essa distinção tende a se tornar relevante tanto no campo científico quanto em espaços profissionais, nos quais a capacidade de elaboração analítica segue sendo decisiva.

Esse ponto reforça a defesa da produção autoral, mesmo com o uso da inteligência artificial como ferramenta auxiliar. A inteligência artificial pode apoiar o processo, mas não substitui a criação. A capacidade humana de produzir interpretações novas, articular sentidos e formular problemas permanece insubstituível, e é justamente essa dimensão que deve ser reforçada, com menos reprodução e mais produção na escrita científica.

Encerrando esta seção, é importante reiterar que estamos diante de um debate em construção, marcado por rápidas mudanças tecnológicas e por disputas reais em torno de autoria, legitimidade e desigualdade. A inteligência artificial é uma novidade que reconfigura práticas de leitura e escrita, mas ainda não dispomos de consensos estáveis sobre seus usos aceitáveis. Ao reunir as questões dos(as) pareceristas e respondê-las, este texto não pretende oferecer um manual definitivo, e sim contribuir para uma conversa pública mais qualificada, capaz de orientar escolhas individuais e institucionais.

## **Considerações finais**

A emergência da inteligência artificial generativa vem transformando a produção da escrita científica. Diante dessa realidade, não há espaço para ingenuidade, tampouco para alarmismos morais. A IA já está presente nas práticas acadêmicas cotidianas: orienta estudantes, corrige textos, simula estruturas argumentativas, sugere reformulações estilísticas. Negar essa presença é fechar os olhos para uma mudança estrutural, mas aceitar sua existência não significa, em hipótese alguma, renunciar àquilo que é mais essencial na atividade científica: a autoria humana.

A escrita acadêmica é, antes de tudo, um gesto de interpretação. É o lugar onde posicionamos nossas experiências, nossas leituras, nossos compromissos teóricos e políticos. Nenhuma IA é capaz de realizar esse gesto. A autoria científica exige contexto, trajetória, convicção – elementos irreduzíveis à predição estatística. Por isso, a IA pode e deve ser utilizada, mas como apoio técnico. Ela pode organizar ideias, revisar gramática, sugerir estruturas. Mas a tarefa de pensar, decidir, interpretar e escrever continua sendo humana. E continuará sendo.

Ao longo deste ensaio, defendi que o uso ético e crítico da IA passa, necessariamente, por três compromissos centrais: responsabilidade, transparência e inclusão. O primeiro diz respeito à clareza sobre os limites da ferramenta – saber o que pode ou não ser delegado a ela, e manter o controle autoral sobre cada decisão do texto. O segundo exige honestidade: quando a IA for utilizada, é preciso dizer. Não como culpa, mas como responsabilidade. E o terceiro é o mais urgente do ponto de vista social: garantir que todos e todas tenham acesso não apenas às ferramentas, mas também à formação necessária para usá-las de forma crítica, porque, sem isso, naturalizaremos mais uma barreira – e não um instrumento de democratização do conhecimento.

Acredito que ensinar a usar IA não é um luxo, é um dever das instituições educacionais. E é, também, um caminho para reconhecer a potência criativa de sujeitos historicamente subestimados. Estamos dizendo a esses sujeitos: vocês podem, vocês sabem, vocês têm algo a dizer. E isso, para mim, é o sentido mais profundo da escrita científica: dar voz.

A escrita científica do presente – e do futuro – será mediada. Isso é inescapável. O que está em disputa é como essas mediações ocorrerão: com consciência, com ética, com crítica – ou de forma acrítica, desigual, despolitizada. Opto pela primeira alternativa. Opto por uma ciência que reconhece o valor das ferramentas, mas que não renuncia à autoria.

A autoria humana é, e seguirá sendo, a âncora ética da produção científica. Tudo o que escrevemos carrega nossa visão de mundo, nossa responsabilidade com o outro e nosso compromisso com a transformação. É essa autoria que precisa ser preservada, fortalecida e ensinada – inclusive, e especialmente, em tempos de inteligência artificial.

## Referências

- GUIMARÃES, Ueudison A.; SANTOS, Edinalva O.; FERNANDES, Daniella. (2022). “A importância da inteligência artificial no processo educacional”. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 3, n. 8, pp. e381789. [Consult. 08-07-2025]. Disponível em <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i8.1789>

- GUZMÁN TELLO, Ana Cynthia. (2024). “La creación de trabajos académicos universitarios por medio de ChatGPT observando la regla de los tres pasos de la propiedad intelectual”. *Derecom - Revista Internacional de Derecho de la Comunicación y de las Nuevas Tecnologías*, n. 37, pp. 47-58. [Consult. 08-07-2025]. Disponível em <https://doi.org/10.5209/dere.98111>
- PEREZ, Olivia C.; BRITO, Kellen; SOUZA, Libni. (2024). “Elementos que levam à aprovação de um artigo científico”, in Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 14, 2024, Salvador. *Anais...* Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- PEREZ, Olívia C.; BUSSINGUER, Elda C. A.; LOBO, Edilene. (2024). “Acesso à inovação tecnológica como (re)produção de desigualdades sociais”, in E. C. A. Bussinguer (org.). *Estado, regulação e transformação digital: políticas públicas, vulnerabilidades, mudanças climáticas e bioética*. São Paulo, Tirant Brasil, v. 1, pp. 89-103.

### *Olivia Cristina Perez*

 <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>

 <http://lattes.cnpq.br/0115776710902545>

Professora de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO/CINDE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: [oliviaperez@ufpi.edu.br](mailto:oliviaperez@ufpi.edu.br)

### **Revisão técnico-gramatical**

Andreana Carvalho de Barros Araújo<sup>1</sup>

### **Conflito de interesses**

A autora declara não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

### **Financiamento**

O presente estudo foi realizado sem financiamento externo.

### **Uso de IA**

Neste texto foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial, em especial o ChatGPT, com a finalidade de sugerir correções de redação, apoiar a formatação de referências bibliográficas e indicar possíveis complementações em trechos que

---

<sup>1</sup> E-mail: [andreana\\_cba@hotmail.com](mailto:andreana_cba@hotmail.com)

podariam não estar suficientemente evidentes para o leitor. Todas as intervenções realizadas pela ferramenta foram tratadas exclusivamente como sugestões. A responsabilidade intelectual, ética e autoral pelo conteúdo é integralmente da autora.

### **Disponibilidade de dados**

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

### **Contribuições de autoria CRediT**

Olívia Cristina Perez: Conceitualização (Conceptualization); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Análise formal (Formal analysis); Administração do projeto (Project administration); Redação – rascunho original (Writing – original draft); Redação – revisão e edição (Writing – review & editing).